



***Relatório Circunstanciado de Recuperação
Judicial
(Art. 63, inciso III, Lei 11.101/2005)***

GRUPO SEDMAR

Julho de 2018

Processo: **0010738-87.2014.8.16.0017**





SUMÁRIO

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 3

1. SÍNTESE PROCESSUAL..... 4

2. QUADRO GERAL DE CREDORES 10

2.1 DA RELAÇÃO DE CREDORES APRESENTADA PELAS RECUPERANDAS..... 10

2.2 DA APRESENTAÇÃO DE HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO PELOS CREDORES..... 11

2.3 DA APRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO DE CREDORES ELABORADA PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL (ART. 7º, § 2º DA LEI 11.101/2005) 12

2.4 DA IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO APRESENTADA CONTRA A RELAÇÃO DE CREDORES ELABORADA PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL 13

2.5 DA HOMOLOGAÇÃO DO QUADRO GERAL DE CREDORES 13

2.6 DAS HABILITAÇÕES DE CRÉDITO RETARDATÁRIAS..... 14

2.7 QUADRO GERAL DE CREDORES ATUALIZADO 15

3. ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES..... 16

4. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 17

4.1 INFORMAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL 17

4.2 CLASSE I – CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO 19

4.2.1 CRÉDITOS ATÉ O LIMITE DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR – PRAZO 30 DIAS DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ..... 19

4.2.2 CRÉDITOS ACIMA DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR - PRAZO 01 (UM) ANO DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ..... 21

4.3 CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS – FORNECEDORES (ITEM 7.1.2.1 DO PRJ) 23

4.3.1 FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ATÉ R\$ 5.000,00 23

4.3.2 FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ENTRE R\$ 5.001,00 E R\$ 40.000,00..... 26

4.3.3 FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ACIMA DE R\$ 40.000,00 27

4.4 CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (ITEM 7.1.2.2 DO PRJ).. 29

5. HONORÁRIOS DO ADMINISTRADOR JUDICIAL..... 30

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DJ 9HZGE 4MUTZ TCFVU

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

REFERÊNCIA: MÊS 07 / 2018

Processo: 0010738-87.2014.8.16.0017

Recuperandas: Nilo Transportes Rodoviários Ltda-EPP

Sedmar Serviços Especializados e Transportes Maringá Ltda

Taimer Transportes Aéreos e Rodoviários Maringá Ltda

Administrador Judicial: MARCIO ROBERTO MARQUES

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório Circunstanciado do administrador judicial, versando sobre a execução do Plano de Recuperação Judicial pelo devedor, para a devida juntada nos autos, faz parte do rol de deveres do administrador judicial, nos termos do artigo 63, inciso III, da Lei 11.101/2005.

O presente relatório reúne e sintetiza as informações até o presente momento (julho de 2018), disponibilizadas pelas Recuperandas nos autos de Recuperação Judicial.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações financeiras apresentadas pelas Recuperandas nos autos, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pelo Administrador Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados, de forma sintética e analítica todos os dados referentes a execução do Plano de Recuperação Judicial, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial.

Página 3 | 16

marcio@marquesadmjudicial.com.br | www.marquesadmjudicial.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho, nº 625, Sala 906, Edifício New Tower Plaza - Torre II

Zona 01 - Maringá/PR - CEP: 87020-015 | (44) 3226.2968 / (44) 9 9712.4544



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8DJ 9HZGE 4MUTZ TCFVU

1. SÍNTESE PROCESSUAL

Trata-se de Recuperação Judicial proposta pelas empresas Sedmar Serviços Especializados e Transportes Maringá Ltda.; Taimer Transportes Aéreos e Rodoviários Maringá Ltda. – EPP; e Nilo Transportes Rodoviários Ltda. – EPP, as quais declaram formar um só grupo econômico.

Em suma, afirmaram que em razão de crise econômico-financeira originada em meados de 2012, com a transferência da administração da empresa ao Sr. Jorge Sandrin (que já não mais administra o grupo), o conglomerado empresarial assumiu financiamentos de veículos para sua atividade fim (que é o transporte de cargas), em volume superior a capacidade financeira das empresas na ocasião, o que culminou em novos e sucessivos empréstimos nas próprias instituições financeiras, na tentativa de saldar as parcelas dos financiamentos e as demais obrigações da empresa.

As Recuperandas sustentaram ainda, que o ápice da crise econômico-financeira se deu na mesma época do ajuizamento do pedido de recuperação, e que existia iminente risco de paralisação da atividade empresarial, com o ajuizamento, pelas instituições financeiras, de diversas demandas de busca e apreensão de veículos que são bens de capital essenciais a sua atividade empresarial e que, inclusive, servem ao cumprimento de contratos com os Correios (EBCT), que correm o risco de serem rescindidos caso se opere a apreensão dos bens.

Neste contexto, requereram o deferimento do processamento da recuperação judicial, com suas consequências legais, bem como a antecipação dos efeitos da tutela, a fim de declarar a imprescindibilidade dos veículos constantes nas relações de frota de veículos utilizados para o desenvolvimento de suas atividades empresariais.

Em exame de cognição não exauriente, este Juízo verificou estarem presentes os requisitos exigidos pelos arts. 47, 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005, razão pela qual em 09/06/2014 deferiu o processamento da Recuperação Judicial na forma do artigo 52 da Lei nº 11.105/2005, conforme decisão de seq. 17.1.

Tal deferimento, contudo, não incluiu os créditos expressamente excluídos por lei, dentre os quais encontrava-se o crédito do credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, e do arrendador mercantil, por força da previsão do artigo 49, §3º da Lei nº 11.101/2005. Desta forma, conforme exposição apresentada na inicial, os contratos celebrados pelas Recuperandas que constituem créditos não subordinados pela Recuperação Judicial totalizavam a quantia de R\$15.422.611,64 (quinze milhões, quatrocentos e vinte e dois mil seiscentos e onze reais e sessenta e quatro centavos), representando grande parte de seu passivo.



Ainda na decisão de seq. 17.1, este Juízo:

a) Nomeou este Administrador Judicial;

b) Determinou a dispensa da apresentação de certidões negativas para que os devedores exercessem suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, devendo, todavia, ser em todos os atos, contratos e documentos firmados pelos devedores ser acrescida, após o nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial", na forma do artigo 69 (arts. 52, II e 69). Determinou ainda que fosse oficiado ao Registro Público de Empresas determinando a anotação da recuperação judicial no registro correspondente;

c) Ordenou a suspensão de todas as ações ou execuções movidas contra as Recuperandas por 180 dias na forma do artigo 6º, §4º, as quais permaneceram no juízo onde se processavam. Com exceção das ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 6º da Lei 11.101/2005 relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do artigo 49, reiniciando o andamento depois de decorrido o prazo, independente de pronunciamento deste juízo, exceto se houvesse deliberação em sentido contrário. Observe-se que a suspensão não atinge ações que demandam quantia ilíquida e ações fiscais, bem como que no tangente às ações trabalhistas deve ser observado o § 2º do artigo 6º da Lei 11.101/2005. Em relação às demandas de busca e apreensão de veículos e as de reintegração de posse, determinou a imediata suspensão, pelo mesmo prazo, à luz do permissivo da parte final do §3º do artigo 49;

d) Deferiu a medida cautelar em caráter incidental, na forma do §7º do artigo 273 do CPC, para o fim de reconhecer a imprescindibilidade dos bens de capital essenciais a atividade empresarial das Recuperandas, consistentes nos veículos descritos na relação de frota (docs. 17 a 17.02 – seq. 1.98, 1.99 e 1.100), e consequentemente, em relação a tais bens do artigo 49, §3º da Lei nº 11.101/2005, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do artigo 6º desta Lei, impedir a reintegração na posse e a busca e apreensão, de modo a se impedir a retirada do estabelecimento dos devedores, observando-se o disposto no §3º do artigo 52;

e) Indeferiu a pretensão de suspensão em relação aos imóveis;



f) Determinou que as Recuperandas apresentassem contas demonstrativas mensais enquanto perdurasse a Recuperação Judicial, sob pena de destituição de seus administradores (artigo 52, IV), devendo as contas serem apresentadas até o 10º dia de cada mês, ou primeiro dia útil seguinte, caso este recaia em dia não útil, sob a pena já advertida;

g) Ordenou a intimação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tivesse estabelecimento (artigo 52, V);

h) Ordenou a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, com as matérias arroladas nos incisos I a III do §1º do artigo 52;

i) Determinou a intimação das Recuperandas para, no prazo improrrogável de 60 dias a contar da publicação desta decisão, apresentarem o plano de recuperação na forma do artigo 53, sob pena de convalidação em falência. Determinou aos credores o prazo de 15 dias para apresentarem ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados (artigo 7º §1º), bem como o prazo de 30 dias para apresentarem objeção ao plano de Recuperação Judicial a ser apresentado pelas Recuperandas. Após 45 dias do fim do prazo supra, deve o Administrador Judicial com base nas informações, habilitações e documentos, expedir edital com relação dos credores e indicando local e horários e prazo comum em que as pessoas indicadas no artigo 8º teriam acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração dessa relação (artigo 7º § 2º). No prazo de 10 dias podem as pessoas mencionadas no artigo 8º poderiam apresentar impugnação contra a relação dos credores. E que as impugnações fossem autuadas em separado;

j) Deferiu a ordem para sustação de protestos contra as Recuperandas;

k) Indeferiu o requerimento de sigilo da declaração de bens dos sócios, tendo em vista que tais documentos, a princípio, são meras declarações e não estão sujeitas ao sigilo fiscal, e não há previsão legal nesse sentido.

Isto posto, fora publicado Edital de Intimação dos Credores das empresas Recuperandas, no Diário de Justiça Eletrônico nº 1376, com data de publicação em 23/07/2014 (veiculado em 22/07/2014), conforme certidão de mov. 162.2 destes Autos, nos termos do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005. Ainda, referido edital fora devidamente publicado em jornal local em 14/08/2014 pelas Recuperandas, conforme mov. 296.



Com o devido prosseguimento do feito, em 14/08/2014 (mov. 262) fora apresentado pelas Recuperandas Plano de Recuperação Judicial, no prazo de 60 dias a contar da publicação da decisão de deferimento da Recuperação Judicial (mov. 17), havendo posterior aditivo em petição de mov. 1913.2.

Em 19/09/2014 ao mov. 350, este Administrador Judicial trouxe aos Autos a Relação de Credores (art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005), após análise dos documentos contábeis apresentados pelas Recuperandas, bem como, as informações trazidas pelos credores, devidamente homologado pelo r. Magistrado ao mov. 798 (em 20/01/2015).

Ato seguinte, fora publicado o Edital de Intimação da Homologação do Quadro Geral de Credores (mov. 1019.1), no Diário de Justiça Eletrônico nº1516, com data de publicação em 02/03/2015 (veiculado em 27/02/2015), bem como, a veiculação do referido edital em jornal local na data de 01/03/2015 (mov. 1080.2).

Houve a apresentação de Impugnação de Crédito pelas Recuperandas, autuada sob o nº 0004844-96.2015.8.16.0017, oportunidade em que foi determinada a exclusão dos créditos trabalhistas de **Rogério Lucas Moises, Camilo Mazzei, Edimar Leite da Silva, Felipe Augusto Alves da Silva, Ismael da Silva Soares, Jacqueline Camile do Nascimento, Waldir Bueno Ferreira, Ademir Ebelino, Edson Filho, José Carlos Alves, Paulo Elias Justo e Valdinei da Costa Santos**, com a devida retificação do Quadro Geral de Credores realizada por este Administrador Judicial.

Outrossim, ao mov. 941 em 26/02/2015, o r. Magistrado designou a realização da Assembleia Geral de Credores para o dia 06/04/2015, às 13h, em 1ª convocação, e 13/04/2015, às 13h em 2ª convocação. Instalada a referida assembleia em primeira convocação, diante da presença de quórum necessário, a mesma fora suspensa pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias por maioria da votação.

Ato subsequente, o r. Magistrado determinou a data de 22/05/2015, às 13h para dar continuidade a assembleia instalada e suspensa anteriormente. Reinstalada a assembleia, a mesma teve nova suspensão pelo prazo de 30 dias, por deliberação da maioria dos credores presentes.

Em 22/06/2015, fora dada continuidade à assembleia instalada, que mais uma vez restou suspensa por deliberação da maioria, sendo definida a data de 13/07/2015 para seu prosseguimento.



Posteriormente, em 13/07/2015, em continuidade à assembleia, nova suspensão foi votada e aprovada por maioria de credores, por mais 15 (quinze) dias, sendo sua respectiva Ata juntada ao mov. 2239.2.

Diante da nova suspensão, fora designada pelo r. Magistrado a data de 05/08/2015 às 13h, para prosseguimento da assembleia suspensa (mov. 2330.1). Em continuidade à assembleia, foram realizados aditivos ao Plano de Recuperação Judicial em Ata – mov. 2518.2, item “9” –, conforme apresentado anteriormente pelas Recuperandas ao petitório de mov. 2156.1. Ato subsequente, fora colocado em votação a aprovação, rejeição ou modificação do Plano de Recuperação Judicial, o qual restou **APROVADO** pelo quórum de 100% da Classe de Créditos Derivados da Legislação Trabalhista e, 58,61% da Classe de Créditos Quirografários.

Diante disso, em decisão de mov. 2612.1, o r. Magistrado **concedeu a Recuperação Judicial das empresas SEDMAR, TAIMER e NILO**, ora grupo econômico, nos termos do plano aprovado anteriormente pelos credores em Assembleia Geral, iniciando-se o prosseguimento dos autos com o início do cumprimento pelas Recuperandas do plano aprovado.

Após a concessão da Recuperação Judicial, houve a propositura de diversas ações de Habilitação de Crédito Retardatárias, por parte dos credores, sendo estes processos apensados a estes autos, quais sejam:

- a) Autos nº 0012788-81.2017.8.16.0017, proposto por Edmilson Lima da Silva;
- b) Autos nº 0006413-64.2017.8.16.0017, proposto por Benjamim da Silva Matricardi;
- c) Autos nº 0027444-77.2016.8.16.0017, proposto por Auto Posto Fonte Luminosa LTDA;
- d) Autos nº 0007955-54.2016.8.16.0017, proposto por Baltazar Aparecido Rocha;
- e) Autos nº 0007422-95.2016.8.16.0017, proposto por Claro S.A.;
- f) Autos nº 0007509-85.2015.8.16.0017, proposto por Banco Santander (Brasil) S.A.;
- g) Autos nº 0013214-64.2015.8.16.0017, proposto por Alex Sandro Mikael Silva Marin, Arthur da Silva Marin representado por Sirlene da Silva Marin;
- h) Autos nº 0023304-97.2016.8.16.0017, proposto por Pemaza S.A.



A medida em que foram sendo julgadas tais habilitações, este administrador judicial prosseguiu cumprindo as determinações do juízo quanto as respectivas retificações do Quadro Geral de Credores.

No período após a concessão da Recuperação Judicial, quanto ao cumprimento do plano, este Administrador Judicial apresentou 03 (três) Relatórios Periódicos Sobre o Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, sendo juntados nos movimentos 3416, 3537 e 3719, onde apresentou de maneira detalhada e analítica todos os pagamentos realizados pelas Recuperandas aos credores, bem como as datas e circunstâncias em que ocorreram.

Nesta toada, após ultrapassado o prazo legal de fiscalização de cumprimento das obrigações previstas pelo Plano de Recuperação Judicial, qual seja, 02 (dois) anos após sua concessão, conforme preceitos do art. 61 da Lei 11.101/05, fora requerido pelas Recuperandas, a **BAIXA/ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (petitório mov. 3445.1).

Diante disso, o ilustre representante Ministerial em seu parecer de mov. 3494.1, se opôs ao referido requerimento, visto que, ao seu entendimento, o Plano de Recuperação Judicial não havia sido cumprido em sua integralidade, razão pela qual, além de impedir o encerramento do processo, requereu que fosse decretada a **CONVOLAÇÃO EM FALÊNCIA** da presente Recuperação Judicial, pelo inadimplemento de determinados créditos/credores.

Intimado, este Administrador Judicial apresentou em sua manifestação de mov. 3636, sobre a execução do Plano de Recuperação Judicial, bem como esclarecimentos sobre as alegações apontadas pelo Ministério Público e o requerimento de encerramento da Recuperação Judicial pelas Recuperandas.

Diante dos requerimentos antagônicos formulados pelas Recuperandas e pelo representante Ministerial, o r. Magistrado proferiu sentença (mov.3733.1), julgando procedente o pedido de encerramento da presente Recuperação Judicial, nos termos do art. 61 e 63 da Lei 11.101/2005. Ademais, salientou que, os legitimados para a realização do pedido de convolação da presente Recuperação Judicial em Falência, elencados no rol taxativo do art. 97 da LRF, assim não o fizeram, sendo, portanto, ilegítimo o órgão Ministerial na elaboração de tal pedido, visto não estar incluído no referido rol. Frisou o r. Magistrado, a inexistência de pretextos para a decretação da falência das Recuperandas, tendo em vista ser procedimento de execução concursal, e não existirem créditos a serem executados, ou qualquer outro motivo previsto pelo art. 94 da referida lei. Esclarece ainda que, tendo em vista



que créditos tributários não estão submetidos aos efeitos da Recuperação Judicial, por se tratarem de créditos extraconcursais, deve sua cobrança/execução ser realizada de forma individual/independente, permanecendo da mesma forma, excluído do rol de legitimados constantes no art. 41 da Lei 11.101/2005.

Por fim, determinou a apresentação de Relatório Circunstanciado, previsto pelo art. 63, inc. III da Lei 11.101/05, por este Administrador Judicial, que se apresenta nesta oportunidade e, após, sua devida exoneração do cargo com a liberação de expedição de alvará em seu favor, para o levantamento dos seus honorários depositados em contas judiciais vinculadas a estes Autos.

2. QUADRO GERAL DE CREDITORES

Apresenta-se neste tópico a evolução da relação de credores inicial (apresentada pelas Recuperandas) até o Quadro Geral de Credores atual, considerando-se a impugnação de crédito apresentada pelas Recuperandas e as habilitações de crédito retardatárias.

2.1 DA RELAÇÃO DE CREDITORES APRESENTADA PELAS RECUPERANDAS

Juntamente com a petição inicial, e no sentido de preencher um dos requisitos previstos na Lei 11.101/2005 para a consecução do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, as Recuperandas apresentaram a seguinte relação de credores, Segue a composição da relação de credores apresentada o Quadro Geral de Credores, bem como a posição atual de cumprimento, contemplado em uma tabela comparativa entre os montantes previstos originariamente no plano, bem como os valores que foram posteriormente incluídos por meio de impugnações ou habilitações de crédito, em relação aos valores efetivamente liquidados em favor dos credores pelas Recuperandas, conforme se expõe:



CLASSE	DENOMINAÇÃO DA CLASSE	SEDMAR	NILO	TAIMER	VALOR APRESENTADO PELAS RECUPERANDAS
Classe I	Créditos Derivados da Legislação do Trabalho	34.981,00	23.064,00	181.339,00	239.384,00
Classe II	Créditos C/ Garantia Real (Equiparados)	11.343.272,94	2.508.706,54	1.570.632,16	15.422.611,64
Classe III	Créditos Quirografários	-	-	-	12.950.190,92
TOTAL					28.612.186,56

Após o deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial, dentre outras providências, fora publicado Edital de Intimação dos Credores das empresas Recuperandas, no Diário de Justiça Eletrônico nº 1376, com data de publicação em 23/07/2014 (veiculado em 22/07/2014), conforme certidão de mov. 162.2 destes Autos, nos termos do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005. Ainda, referido edital fora devidamente publicado em jornal local em 14/08/2014 pelas Recuperandas, conforme mov. 296.

O edital supramencionado contemplou a relação contendo a natureza, o valor e a classificação dada aos créditos, bem como a intimação nele contida para apresentação a este Administrador Judicial das respectivas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados no prazo de 15 (quinze) dias.

2.2 DA APRESENTAÇÃO DE HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO PELOS CREDITORES

Ato contínuo a publicação do edital mencionado no item anterior, este administrador promoveu o encaminhamento das notificações, por correspondência com aviso de recebimento (A.R.), a todos os credores relacionados na inicial, a respeito do referido edital, informando a



natureza, o valor e a classificação dada aos créditos pelas Recuperandas, bem como da intimação nele contida para apresentação a este Administrador Judicial das respectivas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados, no prazo estabelecido.

Nos termos do artigo 7º e demais dispositivos pertinentes da Lei 11.101/2005, este Administrador Judicial promoveu a verificação dos créditos com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor, bem como nos documentos apresentados nas habilitações e divergências que lhe foram apresentados pelos credores, resultando na relação apresentada item 2.3 infra.

2.3 DA APRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO DE CREDORES ELABORADA PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL (ART. 7º, § 2º DA LEI 11.101/2005)

Realizada a análise das habilitações e divergências de crédito apresentadas pelos credores, bem como dos demais documentos das empresas, este Administrador Judicial apresentou nos autos em 19/09/2014 ao mov. 350, a Relação de Credores prevista no artigo 7, § 2º, da Lei 11.101/2005. Segue a composição da referida relação, nos termos da LRF, por classe de credores, juntada nos autos para a homologação do juízo, conforme segue:

CLASSE	DENOMINAÇÃO DA CLASSE	VALOR
Classe I	Créditos Derivados da Legislação do Trabalho	97.290,00
Classe III	Créditos Quirografários	7.771.526,97
TOTAL		7.868.816,97

Cumprida esta etapa, este Administrador Judicial permaneceu no aguardo da homologação do Quadro Geral de Credores, bem como pela apresentação de eventuais impugnações pelos credores.



2.4 DA HOMOLOGAÇÃO DO QUADRO GERAL DE CREDORES

Dando andamento ao feito, houve a homologação do Quadro Geral de Credores pelo juízo, conforme decisão de mov. 798, em 20/01/2015, mantendo a relação de credores nos moldes apresentados por este Administrador Judicial. Desta feita, segue a composição do Quadro Geral de Credores Homologado pelo juízo, por classe de credores:

CLASSE	DENOMINAÇÃO DA CLASSE	VALOR HOMOLOGADO
Classe I	Créditos Derivados da Legislação do Trabalho	97.290,00
Classe III	Créditos Quirografários	7.771.526,97
TOTAL		7.868.816,97

Ato seguinte, fora publicado o Edital de Intimação da Homologação do Quadro Geral de Credores (mov. 1019.1), no Diário de Justiça Eletrônico nº1516, com data de publicação em 02/03/2015 (veiculado em 27/02/2015), bem como, a veiculação do referido edital em jornal local na data de 01/03/2015 (mov. 1080.2).

2.5 DA IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO APRESENTADA CONTRA A RELAÇÃO DE CREDORES ELABORADA PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL

As empresas Recuperandas apresentaram Impugnação de Crédito contra a relação de credores elaborada por este Administrador Judicial, autuada sob o nº 0004844-96.2015.8.16.0017, oportunidade na qual houve a exclusão dos créditos trabalhistas de **Rogério Lucas Moises, Camilo Mazzei, Edimar Leite da Silva, Felipe Augusto Alves da Silva, Ismael da Silva Soares, Jacqueline Camile do Nascimento, Waldir Bueno Ferreira, Ademir Ebelino, Edson Filho, José Carlos Alves, Paulo Elias Justo e Valdinei da Costa Santos**. Conforme determinação do juízo, este Administrador Judicial promoveu a devida retificação da relação de credores apresentada anteriormente.



2.6 DAS HABILITAÇÕES DE CRÉDITO RETARDATÁRIAS

Na presente Recuperação Judicial houve a propositura de diversas ações de Habilitação de Crédito Retardatárias, por parte dos credores, sendo estes processos apensados a estes autos, quais sejam:

- a) Autos nº 0012788-81.2017.8.16.0017, proposto por Edmilson Lima da Silva, com valor da causa de R\$ 207.738,56 (duzentos e sete reais, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis reais), no qual ainda pende de julgamento;
- b) Autos nº 0006413-64.2017.8.16.0017, proposto por Benjamim da Silva Matricardi, com valor da causa de R\$ 38.401,39 (trinta e oito mil, quatrocentos e um reais e trinta e nove centavos), no qual fora julgado procedente, com sua devida inclusão no Quadro Geral de Credores, sendo extinto o processo, após seu devido trânsito em julgado;
- c) Autos nº 0027444-77.2016.8.16.0017, proposto por Auto Posto Fonte Luminosa LTDA., com valor da causa de R\$ 102.712,36 (cento e dois mil, setecentos e doze reais e trinta e seis centavos), no qual fora julgado procedente, com sua devida inclusão no Quadro Geral de Credores, sendo extinto o processo, após seu devido trânsito em julgado;
- d) Autos nº 0007955-54.2016.8.16.0017, proposto por Baltazar Aparecido Rocha, com o valor da causa de R\$ 36.169,68 (trinta e seis mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos), no qual fora julgado procedente, com sua devida inclusão no Quadro Geral de Credores, sendo extinto o processo, após seu devido trânsito em julgado;
- e) Autos nº 0007422-95.2016.8.16.0017, proposto por Claro S.A., com valor da causa de R\$ 181.934,55 (cento e oitenta e um mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), no qual fora julgado procedente, com sua devida inclusão no Quadro Geral de Credores, sendo extinto o processo após seu devido trânsito em julgado;
- f) Autos nº 0007509-85.2015.8.16.0017, proposto por Banco Santander (Brasil) S.A., com valor da causa de R\$ 72.696,68 (setenta e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos), no qual fora julgado procedente, com sua devida inclusão no Quadro Geral de Credores, sendo extinto o processo após seu devido trânsito em julgado;



g) Autos nº 0013214-64.2015.8.16.0017, proposto por Alex Sandro Mikael Silva Marin, Arthur da Silva Marin representado por Sirlene da Silva Marin, com valor da causa de R\$ 105.075,34 (cento e cinco mil e setenta e cinco reais e trinta e quatro reais), no qual fora julgado procedente, com sua devida inclusão no Quadro Geral de Credores, sendo extinto o processo após seu devido trânsito em julgado;

h) Autos nº 0023304-97.2016.8.16.0017, proposto por Pemaza S.A., com valor da causa em R\$ 13.280,31 (treze mil, duzentos e oitenta reais e trinta e um centavos), no qual fora extinto sem resolução de mérito ante a falta de interesse de agir da Requerente.

Desta forma, a medida em que ocorreram os julgamentos das habilitações de crédito retardatárias supramencionadas, este Administrador Judicial promoveu o cumprimento das determinações judiciais, para o fim de promover as respectivas retificações do Quadro Geral de Credores.

2.7 QUADRO GERAL DE CREDITORES ATUALIZADO

Após as retificações provenientes das habilitações de crédito retardatárias mencionadas no item anterior, bem como da impugnação de crédito indicada no item 2.5 supra, houve a atualização do Quadro Geral de Credores Homologado, passando a contemplar a seguinte composição por classe de credores:

CLASSE	DENOMINAÇÃO DA CLASSE	VALOR TOTAL HOMOLOGADO
Classe I	Créditos Derivados da Legislação do Trabalho	271.796,74
Classe III	Créditos Quirografários	8.129.608,09
TOTAL		8.401.404,83

Assim, referido quadro é o que vem sendo seguido para a execução do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas.



3. ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES

Em 26/02/2015, ao mov. 941, o r. Magistrado designou a realização da Assembleia Geral de Credores para o dia 06/04/2015, às 13h, em 1ª convocação, e 13/04/2015, às 13h em 2ª convocação, sendo o edital de intimação dos credores acerca de tal assembleia publicada no Diário de Justiça Eletrônico nº 1518, com data de publicação 04/03/2015 (veiculado em 03/03/2015), e publicado em jornal local pelas Recuperandas em 01/03/2015 e 03/03/2015, em consonância com art. 56 da Lei 11.101/2005. Instalada a referida assembleia em primeira convocação, diante da presença de quórum necessário, a mesma fora suspensa pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias por maioria da votação, conforme ata de assembleia juntada por este Administrador Judicial ao mov. 1413.2.

Ato subsequente, o r. Magistrado determinou no despacho de mov. 1427.1, a data de 22/05/2015, às 13h para dar continuidade a assembleia instalada e suspensa anteriormente, que por sua vez, diante da apresentação do novo Plano de Recuperação Judicial em data próxima à realização da assembleia e o tempo exíguo para análise do plano pelos credores, fora requerido pelas Recuperandas nova suspensão pelo prazo de 30 dias, por deliberação da maioria dos credores presentes.

Em 22/06/2015, fora dada continuidade à assembleia instalada, que mais uma vez restou suspensa por deliberação da maioria, conforme Ata juntada aos Autos ao mov. 2039.2, razão pela qual, foi definida a data de 13/07/2015 para seu prosseguimento.

Posteriormente, em 13/07/2015, em continuidade à assembleia, nova suspensão foi votada e aprovada por maioria de credores, por mais 15 (quinze) dias, sendo sua respectiva Ata juntada ao mov. 2239.2.

Diante da nova suspensão, fora designada pelo r. Magistrado a data de 05/08/2015 às 13h, para prosseguimento da assembleia suspensa (mov. 2330.1). Em continuidade à assembleia, foram realizados aditivos ao Plano de Recuperação Judicial em Ata – mov. 2518.2, item “9” –, conforme apresentado anteriormente pelas Recuperandas ao petitório de mov. 2156.1.

Ato subsequente, fora colocado em votação a aprovação, rejeição e modificação do Plano de Recuperação Judicial, no qual restou aprovado pelo quórum de 100% da Classe de Créditos Derivados da Legislação Trabalhista e, 58,61% da Classe de Créditos Quirografários.



Diante disso, em decisão de mov. 2612.1, o r. Magistrado deferiu a Recuperação Judicial das empresas SEDMAR, TAIMER e NILO, ora grupo econômico, nos termos do plano aprovado anteriormente pelos credores em Assembleia Geral, iniciando-se o prosseguimento dos autos com o início do cumprimento pelas Recuperandas do plano aprovado.

4. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

4.1 INFORMAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Plano de Recuperação Judicial do Grupo Sedmar, juntado no mov. 1913.2, foi devidamente aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em **05/08/2015**, conforme ata juntada no mov. 2518.2. Ato contínuo, houve o deferimento da recuperação judicial, na forma do plano aprovado no mov. 2518.2, ocasião em que foi declarada a novação dos créditos anteriores ao pedido de recuperação judicial e sujeitos aos seus efeitos.

Assim, temos que a homologação do plano de recuperação judicial ocorreu em data de **22/10/2015**, conforme decisão interlocutória de **mov. 2612.1**, destes autos. As Recuperandas foram intimadas em 26/10/2015 (mov. 2613), bem como promoveram a leitura da intimação da referida decisão interlocutória em **05/11/2015 (mov. 2667)**, sendo este o marco inicial para o início da contagem dos prazos de carências e pagamentos.

Este relatório parcial possui a finalidade de informar aos credores e demais interessados sobre o andamento atualizado do plano de recuperação judicial, consolidando as informações pertinentes aos pagamentos realizados pelas Recuperandas, no que tange a todas as classes contidas no Quadro Geral de Credores, possibilitando desta forma, maior clareza quanto a efetiva realização do plano.

Segue a composição do Quadro Geral de Credores, bem como a posição atual de cumprimento, contemplado em uma tabela comparativa entre os montantes previstos originariamente no plano, bem como os valores que foram posteriormente incluídos por meio de impugnações ou habilitações de crédito, em relação aos valores efetivamente liquidados em favor dos credores pelas Recuperandas, conforme se expõe:



QUADRO GERAL DE CREDORES – HOMOLOGADO					
CLASSE	SUB-CLASSE	VALOR TOTAL HOMOLOGADO	VALOR TOTAL LIQUIDADO	PERCENTUAL DE LIQUIDAÇÃO	STATUS DE PAGAMENTO
Classe I – Trabalhistas	Valores Até 05 Salários Mínimos Por Trabalhador	97.290,00	97.290,00	100,00%	Encerrado
	Valores Acima de 05 Salários Mínimos Por Trabalhador	174.506,74	174.506,74	100,00%	Encerrado
Classe III – Quirografários	Fornecedores com Créditos Até R\$ 5.000,00	29.208,99	29.208,99	100,00%	Encerrado
	Fornecedores com Créditos Entre R\$ 5.000,00 e R\$ 40.000,00	83.956,84	83.956,84	100,00%	Encerrado
	Fornecedores com Créditos Acima de R\$ 40.000,00	473.614,09	63.148,55	13,33%	Em Andamento
	Instituições Financeiras	7.542.828,17	0,00	0,00%	Período de Carência
TOTAL		8.401.404,83	432.323,98	5,15%	

Destarte, apresenta-se as informações sobre o cumprimento do plano de recuperação judicial, por classe e subclasse, conforme passa a expor.



4.2 CLASSE I – CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

O Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, no que tange aos créditos da CLASSE I - CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO, previu a seguinte forma de pagamento (pag. 100), constante no item 7.1.1:

“Os débitos de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial esses devem ser pagos no prazo de 30 (trinta) dias até o limite de 5 salários mínimos por trabalhador. O saldo deverá ser pago no prazo de 1 (um) ano, juntamente como o crédito decorrente de acidentes de trabalho (Art. 54 Lei 11.101/2005).”

Desta forma, observe-se que existem 02 (duas) subclasses de créditos a serem liquidados na Classe I, sendo: a) CRÉDITOS ATÉ O LIMITE DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR – PRAZO 30 DIAS DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ; b) CRÉDITOS ACIMA DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR - PRAZO 01 (UM) ANO DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ. A seguir serão apresentados os credores que compõem cada subclasse de trabalhadores, de acordo com os valores dos créditos e faixas de pagamento.

4.2.1 CRÉDITOS ATÉ O LIMITE DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR – PRAZO 30 DIAS DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ

Nesta subclasse, o plano contemplou a existência de 109 credores trabalhistas, cujos créditos são decorrentes de verbas remuneratórias não pagas até a data da propositura da presente Recuperação Judicial, sendo que as quantias individuais correspondem a valores inferiores a 05 (cinco) salários mínimos, tendo o prazo de 30 (trinta) dias para a efetivação do pagamento, contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Isto posto, informa este administrador judicial que realizou a conferência dos documentos juntados nos autos pelas Recuperandas, informando a realização dos pagamentos dos créditos trabalhistas.

Devido ao volume de documentos e informações, este Administrador Judicial optou por demonstrar os resultados das verificações realizadas, de maneira analítica por credor, no “ANEXO I - CRÉDITOS ATÉ O LIMITE DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR - PRAZO 30



DIAS DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ”, onde constam individualizados os valores e datas dos pagamentos, os números de movimentos nos autos em que estão juntados os comprovantes, bem como o percentual de liquidação dos pagamentos da subclasse no Plano de Recuperação Judicial.

Sinteticamente, informa que da análise dos **109 funcionários** com créditos trabalhistas de valores compreendidos até 05 salários mínimos, contemplados no plano de recuperação judicial, constata-se as seguintes divergências identificadas em relação ao Plano de Recuperação Judicial, bem como **e somente para constar**, as justificativas apresentadas pelas empresas Recuperandas:

1) Credor ANTONIO CARLOS RIBEIRO: Pagamento do crédito no valor de R\$ 831,00, realizado em data de 21/07/2016, sendo que a data prevista no PRJ era 22/11/2015 (30 dias da homologação do PRJ). **JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELAS RECUPERANDAS:** Conforme informações prestadas pelas Recuperandas, o credor foi desligado da empresa, ocasião em que se recusou a receber o crédito, bem como se negou a assinar a rescisão de contrato de trabalho. Ato contínuo, promoveu a Reclamatória Trabalhista em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Londrina/PR, sob autos nº 0000334-44.2016.5.09.0019, distribuída em 18/03/2016. Após várias tentativas, as Recuperandas localizaram os dados da conta bancária do credor, bem como efetivaram a transferência bancária do valor do crédito atualizado (correção monetária e juros), no montante de R\$ 971,53;

2) Credor MAURICIO APARECIDO MARTINS: Pagamento do crédito no valor de R\$ 954,00, realizado em data de 21/07/2016, sendo que a data prevista no PRJ era 22/11/2015 (30 dias da homologação do PRJ). **JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELAS RECUPERANDAS:** Conforme informações prestadas pelas Recuperandas, o credor foi desligado da empresa, ocasião em que se recusou a receber o crédito, bem como se negou a assinar a rescisão de contrato de trabalho. Ato contínuo, promoveu a Reclamatória Trabalhista em trâmite na Vara do Trabalho de Cambé/PR, sob autos nº 0000402-04.2016.5.09.0242, distribuída em 31/03/2016. Após várias tentativas, as Recuperandas localizaram os dados da conta bancária do credor, bem como efetivaram a transferência bancária do valor do crédito atualizado (correção monetária e juros), no montante de R\$ 1.115,33;

3) Credor ADEMAR DE SOUZA: Pagamento do crédito no valor de R\$ 781,00, realizado em data de 24/11/2016, sendo que a data prevista no PRJ era 22/11/2015 (30 dias da homologação do PRJ). **JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELAS RECUPERANDAS:** Conforme informações prestadas pelas Recuperandas, o credor foi desligado da empresa, ocasião em que se recusou a receber o crédito, bem como se negou a assinar a rescisão de contrato de trabalho. Ato contínuo, promoveu a Reclamatória Trabalhista em trâmite na Vara do Trabalho de Cambé/PR, sob autos nº 0000363-07.2016.5.09.0242, distribuída em 24/03/2016. Após várias tentativas, as Recuperandas localizaram os dados da conta bancária do credor, bem como efetivaram a transferência bancária do valor do crédito atualizado (correção monetária e juros), no montante de R\$ 962,37;



4) Credor FILIPE RODRIGUES ALVES: Pagamento do crédito no valor de R\$ 733,00, realizado em data de 21/07/2016, sendo que a data prevista no PRJ era 22/11/2015 (30 dias da homologação do PRJ). **JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELAS RECUPERANDAS:** Conforme informações prestadas pelas Recuperandas, o credor foi desligado da empresa, ocasião em que se recusou a receber o crédito, bem como se negou a assinar a rescisão de contrato de trabalho. Ato contínuo, promoveu a Reclamatória Trabalhista em trâmite na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, sob autos nº 0010347-55.2016.5.03.0024, distribuída em 15/03/2016. Após várias tentativas, as Recuperandas localizaram os dados da conta bancária do credor, bem como efetivaram a transferência bancária do valor do crédito atualizado (correção monetária e juros), no valor de R\$ 856,96.

Estes foram os resultados apurados com base na análise dos documentos juntados nos autos e informações apresentadas pelas Recuperandas sobre os pagamentos realizados para os credores desta subclasse, conforme apresentado analiticamente no anexo supramencionado.

4.2.2 CRÉDITOS ACIMA DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR - PRAZO 01 (UM) ANO DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ

Apesar do Plano de Recuperação Judicial não ter contemplado a existência de credores trabalhistas, cujos créditos decorrentes de verbas remuneratórias não pagas até a data da propositura da presente Recuperação Judicial, com valores individualmente superiores a 05 (cinco) salários mínimos, ocorreram posteriormente habilitações de crédito que deram origem a inclusões no Quadro Geral de Credores, conforme evidencia-se a seguir:

- BALTAZAR APARECIDO ROCHA - Habilitação de Crédito Autos nº 0007955-54.2016.8.16.0017 – Valor habilitado de R\$ 31.030,01;
- BENJAMIN DA SILVA MATRICARDI - Habilitação de Crédito Autos nº 0006413-64.2017.8.16.0017 – Valor habilitado de R\$ 38.401,39;
- ALEX SANDRO MIKAEL SILVA MARIN / ARTHUR DA SILVA MARIN (ESPÓLIO DE MAURÍCIO VIEIRA MARIN) - Habilitação de Crédito Autos nº 0013214-64.2015.8.16.0017 – Valor habilitado de R\$ 105.075,34.

Referidos créditos foram apurados e julgados procedentes nos respectivos autos de habilitação de crédito, nos quais foram determinadas as inclusões dos respectivos créditos no Quadro Geral de Credores, pelos valores acima descritos. As determinações foram prontamente cumpridas por este Administrador Judicial, bem como este requereu a intimação das Recuperandas sobre a inclusão dos créditos trabalhistas no Quadro Geral de Credores, a fim de que fosse promovido os referidos pagamentos.



Isto posto, informa este administrador judicial que realizou a conferência dos documentos juntados nos autos pelas Recuperandas, até o momento, informando a realização dos pagamentos dos créditos compreendidos nesta subclasse. Da análise dos comprovantes apresentados nos autos pelas Recuperandas, verificou-se que os pagamentos realizados para os credores desta subclasse totalizam os montantes supramencionados.

Considere-se que tais créditos não existiam no momento da homologação do Plano de Recuperação Judicial, sendo todos incluídos após o julgamento das respectivas habilitações de crédito, que temporalmente ocorreram após o prazo de 01 (um) ano da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, referidos créditos devem ter seus pagamentos analisados em relação a data da abertura da intimação pelas Recuperandas, quanto à inclusão no Quadro Geral de Credores.

Nesse sentido, este Administrador Judicial optou por demonstrar os resultados das verificações realizadas, de maneira analítica por credor, no “ANEXO II - CRÉDITOS ACIMA DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR - PRAZO 01 (UM) ANO DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ”, onde constam individualmente os valores e datas dos pagamentos, os números de movimentos nos autos em que estão juntados os comprovantes, bem como o percentual de liquidação dos pagamentos da subclasse no Plano de Recuperação Judicial.

Sinteticamente, informa que da análise dos **03 funcionários** com créditos trabalhistas de valores compreendidos acima de 05 salários mínimos, contemplados no Quadro Geral de Credores, constata-se a seguinte divergência identificada em relação ao Plano de Recuperação Judicial, bem como **e somente para constar**, as justificativas apresentadas pelas empresas Recuperandas:

1) Credor BALTAZAR APARECIDO ROCHA: Pagamento do crédito realizado em 06 parcelas (06/07, 07/08, 06/09, 06/10, 06/11 e 05/12/2017) no valor total de R\$ 31.032,00, sendo que a data prevista para o pagamento integral seria de 11/04/2017 (prazo de 01 dia útil após a intimação das Recuperandas sobre a inclusão do crédito no QGC). Adotou-se tal data devido ao fato do crédito ter sido habilitado após o prazo de 01 ano da homologação do PRJ. **JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELAS RECUPERANDAS:** Conforme informações prestadas pelas Recuperandas, bem como juntada nos autos de habilitação de crédito nº 0007955-54.2016.8.16.0017, houve uma composição entre as Recuperandas e o credor, tendo este último anuído com tal forma de pagamento. Ressaltam que o pagamento ocorreu na integralidade, contudo de maneira diversa da prevista no Plano de Recuperação Judicial, ou seja, em 06 (seis) parcelas de R\$ 5.172,00 (cinco mil, cento e setenta e dois reais) cada, por assim ter sido pactuado entre as partes por meio da petição conjunta constante no mov. 135.1.



Estes foram os resultados apurados com base na análise dos documentos juntados nos autos e informações apresentadas pelas Recuperandas sobre os pagamentos realizados para os credores desta subclasse, conforme apresentado analiticamente no anexo supramencionado.

4.3 CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS – FORNECEDORES (ITEM 7.1.2.1 DO PRJ)

O Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, no que tange aos créditos da CLASSE III - CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS - FORNECEDORES, previu a seguinte forma de pagamento (pags. 101 - 103), constante no item 7.1.2.1:

“Para fornecedores a empresa acumula uma dívida de R\$ 301.395,48 junto a 26 fornecedores, em sua maioria já vencida. Para fins de negociação os credores serão divididos em três grupos, a saber:

- Fornecedores Diversos com valores a receber até R\$ 5.000,00;*
- Fornecedores Diversos com valores a receber entre R\$ 5.001,00 e R\$ 40.000,00;*
- Fornecedores Diversos com valores a receber acima de R\$ 40.000,00;”*

A seguir serão apresentados os credores que compõem cada subclasse de fornecedores, de acordo com os valores dos créditos e faixa de pagamento.

4.3.1 FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ATÉ R\$ 5.000,00

O Plano de Recuperação Judicial contemplou a existência de **19 credores** Fornecedores, cujos créditos correspondem a valores até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Para essa subclasse foi previsto 06 (seis) meses de carência, a partir da homologação do plano, para o início dos pagamentos, que deveriam ser realizados em 06 (seis) parcelas iguais. Apresenta-se a seguir a relação de credores desta subclasse:



CREDOR / FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S.A.	02.351.877/0001-52	94,77
IRMAOS BOTELHO & CIA LTDA – ME	07.080.016/0001-09	408,00
ROSELY DE MELO KUBICA – EPP	00.188.254/0001-85	459,00
PAPELARIA E ARMARINHO BOA ESPERANÇA LTDA – ME	07.842.499/0001-23	472,20
CASA DAS BATERIAS GALILEU EIRELI – EPP	55.194.856/0001-37	584,00
EDIESEL DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS LTDA – ME	80.341.647/0001-16	594,62
FABRICIA MOREIRA DE SOUZA CARVALHO – EPP	13.538.086/0001-52	859,00
ITATIAIA AUTOMOVEIS LTDA	02.747.365/0001-00	1.150,00
MÃO NA RODA CENTRO AUTOMOTIVO - SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA – ME	10.441.415/0001-54	1.280,00
JOTA TRUCK COM. DE PECAS INSTRUMENTOS E ACES. P/VEICULOS LTDA–ME	08.382.136/0001-15	1.496,00
BIG PECAS COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA – ME	06.888.227/0001-00	1.498,03
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSP. DE CARGAS E LOGISTICA DE MARINGA	84.781.236/0001-00	1.634,00
PAPELARIA DEPEL LTDA – EPP	80.834.328/0001-42	1.964,16
A.M.C. DE SOUZA & CIA LTDA – EPP	02.579.728/0001-45	2.041,48
HERRADON VIAGENS E TURISMO LTDA – ME	05.489.643/0001-64	2.745,11
SPADIESEL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA – EPP	73.946.899/0001-03	2.802,00
BONSAI MOTORS VEICULOS LTDA	10.348.903/0001-11	2.982,59
WGS DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA	04.994.734/0001-94	3.034,00
T V RUGONI - OPERADORA TURISTICA LTDA – ME	17.138.502/0001-86	3.110,03
TOTAL		29.208,99

Isto posto, informa este administrador judicial que realizou a conferência dos documentos juntados nos autos pelas Recuperandas, informando a realização dos pagamentos dos créditos quirografários de fornecedores, com valores individuais até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).



Devido ao volume de documentos e informações, este Administrador Judicial optou por demonstrar os resultados das verificações realizadas, de maneira **analítica por credor**, no “**ANEXO III - FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ATÉ R\$ 5.000,00**”, onde constam os valores e datas dos pagamentos de cada crédito, os números de movimentos nos autos em que estão juntados os comprovantes, bem como o percentual de liquidação dos pagamentos da subclasse no Plano de Recuperação Judicial.

Sinteticamente, informa que da análise dos 19 credores Fornecedores, cujos créditos correspondem a valores até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), contemplados no Quadro Geral de Credores, constata-se as seguintes divergências identificadas em relação ao Plano de Recuperação Judicial, bem como **e somente para constar**, as justificativas apresentadas pelas empresas Recuperandas:

1) Credor LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S.A.: Pagamento da parcela 01/06 no valor de R\$ 15,80, realizada em data de 21/07/2016, sendo que a data prevista no PRJ era 31/05/2016. **JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELAS RECUPERANDAS:** Conforme informações prestadas pelas Recuperandas, o credor requereu que os pagamentos fossem realizados apenas através de boletos bancários, por ser a forma de recebimento padrão da empresa. Nesse contexto, alegam que o credor emitiu o boleto somente em 15/07/2016 (vide campo "DATA DO DOCUMENTO" constante no boleto bancário) e encaminhou com atraso para as Recuperandas para a realização do pagamento, bem como com a data de vencimento posterior ao contido no Plano de Recuperação Judicial. Informa que tão logo recebeu o boleto, promoveu o pagamento, e que, no boleto bancário consta a descrição de que se trata de crédito referente aos autos de Recuperação Judicial nº 0010738-87.2014.8.16.0017;

2) Credor LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S.A.: Pagamento da parcela 02/06 no valor de R\$ 15,80, realizada em data de 01/08/2016, sendo que a data prevista no PRJ era 30/06/2016. **JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELAS RECUPERANDAS:** Conforme informações prestadas pelas Recuperandas, o credor requereu que os pagamentos fossem realizados apenas através de boletos bancários, por ser a forma de recebimento padrão da empresa. Nesse contexto, alegam que o credor emitiu o boleto somente em 15/07/2016 (vide campo "DATA DO DOCUMENTO" constante no boleto bancário) e encaminhou com atraso para as Recuperandas para a realização do pagamento, bem como com a data de vencimento posterior ao contido no Plano de Recuperação Judicial. Informa que tão logo recebeu o boleto, promoveu o pagamento, e que, no boleto bancário consta a descrição de que se trata de crédito referente aos autos de Recuperação Judicial nº 0010738-87.2014.8.16.0017;



3) Credor LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S.A.: Pagamento da parcela 03/06 no valor de R\$ 15,80, realizada em data de 01/08/2016, sendo que a data prevista no PRJ era 31/07/2016. **JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELAS RECUPERANDAS:** Conforme as alegações prestadas pelas Recuperandas, dia 31/07/2016 era um domingo, pelo que o pagamento foi realizado no dia imediatamente seguinte.

Estes foram os resultados apurados com base na análise dos documentos juntados nos autos e informações apresentadas pelas Recuperandas sobre os pagamentos realizados para os credores desta subclasse, conforme apresentado analiticamente no anexo supramencionado.

4.3.2 FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ENTRE R\$ 5.001,00 E R\$ 40.000,00

O Plano de Recuperação Judicial contemplou a existência de **05 credores** Fornecedores, cujos créditos correspondem a valores compreendidos entre R\$ 5.001,00 e R\$ 40.000,00. Para essa subclasse foi previsto que haveria 12 meses de carência, a partir da homologação do plano, para o início dos pagamentos, que deveriam ser realizados em 12 (doze) parcelas iguais. Apresenta-se a seguir a relação de credores desta subclasse:

CREDOR / FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
IMOBILIÁRIA PAIAGUÁS LTDA	78.410.701/0001-96	8.450,00
VITTA COMERCIAL LTDA – ME	11.044.244/0001-92	8.990,00
AUTO TINTAS M B LTDA – EPP	04.897.124/0001-72	14.977,00
RIBEIRO S A COMERCIO DE PNEUS	75.308.551/0001-16	15.958,43
PEMAZA S/A	05.215.132/0015-50	35.581,41
TOTAL		83.956,84

Isto posto, informa este administrador judicial que realizou a conferência dos documentos juntados nos autos pelas Recuperandas, até o momento, informando a realização dos pagamentos dos créditos compreendidos nesta subclasse.



Da análise dos comprovantes apresentados nos autos pelas Recuperandas, verificou-se os comprovantes de pagamentos realizados para os credores desta subclasse, estando todos nos moldes contemplados no Plano de Recuperação Judicial, quais sejam, em 12 parcelas com carência de 12 meses, a partir da data de homologação do plano.

Devido ao volume de documentos e informações, este Administrador Judicial optou por demonstrar os resultados das verificações realizadas, de maneira **analítica por credor**, no “**ANEXO IV - FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ENTRE R\$ 5.001,00 E R\$ 40.000,00**”, onde constam os valores e datas dos pagamentos de cada crédito, os números de movimentos nos autos em que estão juntados os comprovantes, bem como o percentual de liquidação dos pagamentos da subclasse no Plano de Recuperação Judicial.

4.3.3 FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ACIMA DE R\$ 40.000,00

O Plano de Recuperação Judicial contemplou a existência de **04 credores** Fornecedores, cujos créditos correspondem a valores acima de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Para essa subclasse foi previsto 24 (vinte e quatro) meses de carência, a partir da homologação do plano, para o início dos pagamentos, que deveriam ser realizados em 60 (sessenta) parcelas iguais. Apresenta-se a seguir a relação de credores desta subclasse:

FORNECEDOR / FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
UNIPETRO PARANA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA	05.819.907/0001-09	71.340,00
AUTO POSTO FONTE LUMINOSA LTDA	45.273.885/0002-11	102.712,36
ELLENCO SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA	04.862.831/0002-04	116.889,65
CLARO S.A.	40.432.544/0752-36	182.672,08
TOTAL		473.614,09



Isto posto, informa este administrador judicial que realizou a conferência dos documentos juntados nos autos pelas Recuperandas, até o momento, informando a realização dos pagamentos dos créditos compreendidos nesta subclasse, que abrangeram até o pagamento da **parcela 06/60**, com vencimento em 30/04/2018.

Devido ao volume de documentos e informações, este Administrador Judicial optou por demonstrar os resultados das verificações realizadas, de maneira analítica por credor, no “**ANEXO V - FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ACIMA DE R\$ 40.000,00**”, onde constam os valores e datas dos pagamentos de cada crédito, os números de movimentos nos autos em que estão juntados os comprovantes, bem como o percentual de liquidação dos pagamentos da subclasse no Plano de Recuperação Judicial.

Sinteticamente, informa que da análise dos 04 credores Fornecedores, cujos créditos correspondem a valores acima de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), contemplados no Quadro Geral de Credores, constata-se a seguinte divergência identificada em relação ao Plano de Recuperação Judicial, bem como **e somente para constar**, as justificativas apresentadas pelas empresas Recuperandas:

1) Credor UNIPETRO PARANA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA: Pagamento da parcela 01/60 no valor de R\$ 1.189,00, realizada em data de 06/12/2017, sendo que a data prevista no PRJ era 30/11/2017. **JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELAS RECUPERANDAS:** Alegam que o credor somente repassou os dados bancários na data de 06/12/2017, ocasião em que as Recuperandas promoveram imediatamente o pagamento da parcela. Salientam que após o recebimento dos dados bancários, todos os demais pagamentos ocorreram nos prazos previstos no PRJ.

Estes foram os resultados apurados com base na análise dos documentos juntados nos autos e informações apresentadas pelas Recuperandas sobre os pagamentos realizados para os credores desta subclasse, conforme apresentado analiticamente no anexo supramencionado.



4.4 CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (ITEM 7.1.2.2 DO PRJ)

O Plano de Recuperação Judicial contemplou a existência de 04 credores na subclasse de créditos quirografários de **Instituições Financeiras**, sendo:

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	CNPJ	VALOR TOTAL
Itaú Unibanco S.A.	60.701.190/0001-04	2.416.539,26
Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04	705.088,11
Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001/91	4.348.504,12
Banco Santander (Brasil) S.A.	90.400.888/0001-42	72.696,68
TOTAL		7.542.828,17

Em relação a estes créditos, a fase de pagamento ainda não foi iniciada, tendo em vista que tais créditos aguardam o término do período de carência, que é de 36 meses a contar da homologação do plano.

Assim, optou-se por demonstrar as informações sobre os futuros pagamentos, de maneira analítica por credor, no “**ANEXO VI - CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (ITEM 7.1.2.2 DO PRJ)**”, onde constam os períodos de carência, bem como os valores e datas previstos para os pagamentos.

Em tempo, salienta este Administrador Judicial que o presente relatório apresenta a versão mais atualizada do andamento do Plano de Recuperação Judicial, motivo pelo qual deve ser considerado de forma sobreposta aos relatórios anteriormente apresentados, sendo considerada a sua íntegra (inclusive seus anexos) para análise de todos os interessados.



5. HONORÁRIOS DO ADMINISTRADOR JUDICIAL

Em atendimento ao pedido deste Administrador Judicial de fixação de honorários, no mov. 54 dos autos de Recuperação Judicial, este juízo fixou o valor mensal de 10 (dez) salários mínimos, conforme decisão mov. 164.1. Determinou ainda que, 60% desse valor fosse pago diretamente ao Administrador Judicial e os 40% restantes depositados judicialmente. Ainda, limitou os honorários devidos a este administrador judicial ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial, nos termos do artigo 24, § 1º, da Lei 11.101/2005.

5.1 HONORÁRIOS A SEREM PAGOS DIRETAMENTE AO ADMINISTRADOR JUDICIAL (60%)

Quanto aos honorários pagos diretamente a este Administrador Judicial (60%), estes foram realizados entre o período de **06/2014 e 10/2017**, perfazendo o **montante bruto de R\$ 206.724,00**, que deduzido do **IRRF de R\$ 16.731,37** e **INSS de R\$ 21.963,20**, resultou no pagamento até o momento do **montante líquido de R\$ 168.029,43**, conforme RPAs e comprovantes **em anexo**. Segue tabela especificando cada pagamento realizado pelas Recuperandas:

COMPETÊNCIA	REMUNERAÇÃO ARBITRADA PELO JUÍZO (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO FEDERAL	VALOR DA REMUNERAÇÃO MENSAL ARBITRADA PELO JUÍZO	REMUNERAÇÃO BRUTA PAGA DIRETAMENTE AO AJ (60%)	RETENÇÃO DE IRRF SOBRE A REMUNERAÇÃO	RETENÇÃO DE INSS SOBRE A REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO LÍQUIDA PAGA DIRETAMENTE AO AJ (60%)	DATA DO PAGAMENTO
06 / 2014	10	724,00	7.240,00	4.344,00	1.430,25	482,92	3.387,50	11/08/2014
07 / 2014	10	724,00	7.240,00	4.344,00			3.387,50	11/08/2014
08 / 2014	10	724,00	7.240,00	4.344,00	266,93	477,84	3.600,00	03/09/2014
09 / 2014	10	724,00	7.240,00	4.344,00	266,93	477,84	3.600,00	02/10/2014
10 / 2014	10	724,00	7.240,00	4.344,00	266,93	477,84	3.599,00	24/11/2014
11 / 2014	10	724,00	7.240,00	4.344,00	266,93	477,84	3.599,00	04/12/2014
12 / 2014	10	724,00	7.240,00	4.344,00	266,93	477,84	3.599,00	12/01/2015
01 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	318,27	513,01	3.897,00	04/02/2015



02 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	318,27	513,01	3.897,00	03/03/2015
03 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	318,27	513,01	3.897,00	24/07/2015
04 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	312,24	513,01	3.903,00	05/05/2017
05 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	312,24	513,01	3.903,00	05/06/2017
06 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	312,24	513,01	3.903,00	05/07/2017
07 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	312,24	513,01	3.902,00	05/08/2015
08 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	312,24	513,01	3.903,00	05/09/2015
09 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	312,24	513,01	3.903,00	05/10/2015
10 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	312,24	513,01	3.903,00	05/11/2015
11 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	312,24	513,01	3.902,00	05/12/2015
12 / 2015	10	788,00	7.880,00	4.728,00	312,24	513,01	3.903,00	18/01/2016
01 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.284,00	03/02/2016
02 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.283,00	03/03/2016
03 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.284,00	01/04/2016
04 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.283,00	20/05/2016
05 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.284,00	03/06/2016
06 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.283,00	28/07/2016
07 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.284,00	02/08/2016
08 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.283,00	20/09/2016
09 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.283,00	29/09/2016
10 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.283,00	30/11/2016
11 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.283,00	07/12/2016
12 / 2016	10	880,00	8.800,00	5.280,00	425,65	570,88	4.284,00	04/01/2017
01 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00	02/02/2017
02 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00	02/03/2017
03 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00	05/03/2017
04 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00	03/05/2017
05 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00	05/05/2017
06 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00	11/07/2017
07 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00	01/08/2017
08 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00	18/09/2017
09 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00	06/12/2017
10 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00	09/04/2018
TOTAL			344.540,00	206.724,00	16.731,37	21.963,20	168.029,43	



Contudo, cumpre informar ao juízo que pende o pagamento dos honorários diretamente a este Administrador Judicial referente ao período compreendido entre os meses **11/2017 e 07/2018**. Quanto a estes honorários pendentes que devem ser pagos diretamente a este Administrador Judicial (60%), os mesmos perfazem o **montante bruto de R\$ 51.312,00**, que deduzido do **IRRF de R\$ 4.756,46** e **INSS de R\$ 5.564,09**, resultou no pagamento até o momento do montante líquido de **R\$ 40.991,45**. Segue tabela especificando os montantes referentes aos meses pendentes de pagamento referente aos honorários:

COMPETÊNCIA	REMUNERAÇÃO ARBITRADA PELO JUÍZO (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO FEDERAL	VALOR DA REMUNERAÇÃO MENSAL ARBITRADA PELO JUÍZO	REMUNERAÇÃO BRUTA PENDENTE DE PAGAMENTO DIRETAMENTE AO AJ (60%)	IRRF A SER RETIDO SOBRE A REMUNERAÇÃO	INSS A SER RETIDO SOBRE A REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO LÍQUIDA PENDENTE DE PAGAMENTO DIRETAMENTE AO AJ (60%)
11 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00
12 / 2017	10	937,00	9.370,00	5.622,00	509,37	608,44	4.504,00
01 / 2018	10	954,00	9.540,00	5.724,00	533,96	621,03	4.569,00
02 / 2018	10	954,00	9.540,00	5.724,00	533,96	621,03	4.569,00
03 / 2018	10	954,00	9.540,00	5.724,00	533,96	621,03	4.569,00
04 / 2018	10	954,00	9.540,00	5.724,00	533,96	621,03	4.569,00
05 / 2018	10	954,00	9.540,00	5.724,00	533,96	621,03	4.569,00
06 / 2018	10	954,00	9.540,00	5.724,00	533,96	621,03	4.569,00
07 / 2018	10	954,00	9.540,00	5.724,00	533,96	621,03	4.569,00
TOTAL HONORÁRIOS PENDENTES			85.520,00	51.312,00	4.756,46	5.564,09	40.991,45

Desta feita, requer a intimação das Recuperandas para que promovam o pagamento dos honorários pendentes ao período compreendido entre os meses **11/2017 e 07/2018**, no **montante bruto de R\$ 51.312,00**, a serem pagos diretamente a este Administrador Judicial (60%), nos termos do artigo 63, I, da Lei 11.101/2005.



5.2 HONORÁRIOS DEPOSITADOS EM CONTA JUDICIAL (40%)

No que tange aos honorários depositados em conta judicial (40%), estes foram realizados integralmente entre o período compreendido entre os meses **06/2014** e **07/2018**, conforme guias de depósitos judiciais e comprovante **em anexo**, perfazendo o montante de **R\$172.024,00**. Apresenta-se a seguir tabela detalhada com os depósitos realizados nas contas judiciais de nº **01693505-4** e **01605946-7**, realizados pelas Recuperandas:

COMPETÊNCIA	REMUNERAÇÃO ARBITRADA PELO JUÍZO (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO FEDERAL	VALOR DA REMUNERAÇÃO MENSAL ARBITRADA PELO JUÍZO	REMUNERAÇÃO DEPOSITADA EM JUÍZO NO PERÍODO (RESERVA DE 40%)	DATA DO DEPÓSITO JUDICIAL
06 / 2014	10	724,00	7.240,00	2.896,00	31/07/2014
07 / 2014	10	724,00	7.240,00	2.896,00	02/09/2014
08 / 2014	10	724,00	7.240,00	2.896,00	08/09/2014
09 / 2014	10	724,00	7.240,00	2.896,00	15/10/2014
10 / 2014	10	724,00	7.240,00	2.896,00	24/11/2014
11 / 2014	10	724,00	7.240,00	2.896,00	07/01/2015
12 / 2014	10	724,00	7.240,00	2.896,00	28/01/2015
01 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	25/02/2015
02 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	09/03/2015
03 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	29/04/2015
04 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	17/06/2015
05 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	03/07/2015
06 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	27/07/2015
07 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	14/09/2015
08 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	05/10/2015
09 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	01/12/2015
10 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	27/04/2016
11 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	31/05/2016
12 / 2015	10	788,00	7.880,00	3.152,00	01/07/2016
01 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	28/07/2016
02 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	29/08/2016



03 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	08/12/2017
04 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	08/12/2017
05 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	08/12/2017
06 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	08/12/2017
07 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	08/12/2017
08 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	08/12/2017
09 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	08/12/2017
10 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	08/12/2017
11 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	08/12/2017
12 / 2016	10	880,00	8.800,00	3.520,00	08/12/2017
01 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	08/12/2017
02 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	08/12/2017
03 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	08/12/2017
04 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	08/12/2017
05 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	08/12/2017
06 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	08/12/2017
07 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	08/12/2017
08 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	08/12/2017
09 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	08/12/2017
10 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	08/12/2017
11 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	03/08/2018
12 / 2017	10	937,00	9.370,00	3.748,00	03/08/2018
01 / 2018	10	954,00	9.540,00	3.816,00	03/08/2018
02 / 2018	10	954,00	9.540,00	3.816,00	03/08/2018
03 / 2018	10	954,00	9.540,00	3.816,00	03/08/2018
04 / 2018	10	954,00	9.540,00	3.816,00	03/08/2018
05 / 2018	10	954,00	9.540,00	3.816,00	03/08/2018
06 / 2018	10	954,00	9.540,00	3.816,00	03/08/2018
07 / 2018	10	954,00	9.540,00	3.816,00	03/08/2018
TOTAL			430.060,00	172.024,00	

Desta feita, reitera ainda o requerimento para determinação da expedição de alvará, para o levantamento dos valores depositados até o momento nas contas judiciais de nº 01693505-4 e 01605946-7, a título de honorários deste Administrador Judicial (40%).



5.3 HONORÁRIOS EM CONSONÂNCIA AO LIMITE DE 5% PREVISTO NO ART. 24, § 1º, DA LEI 11.101/2005

Em respeito a previsão contida na LRF, cumpre informar que os honorários pagos diretamente a este Administrador Judicial (60%) até o momento, somados ao saldo de honorários pendentes (60%) e aos valores depositados em juízo pelas Recuperandas (40%), perfazem o montante líquido de **R\$ 381.044,88**. Considerando-se que o valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial é de **R\$ 8.401.404,83**, verifica-se que o limite de 5% previsto no art. 24, § 1º da Lei 11.101/2005, equivale ao montante de **R\$ 420.070,24**.

Com base no exposto, verifica-se que os honorários pagos e depositados em juízo, bem como o saldo pendente de pagamento, estão em consonância com o limite de 5% previsto no art. 24, § 1º da Lei 11.101/2005.

Em tempo, salienta este Administrador Judicial que o presente Relatório Circunstanciado apresenta a versão mais atualizada do processo de Recuperação Judicial em comento, versando sobre a execução do plano de recuperação pelo devedor, em atendimento ao previsto no artigo 63, III, da Lei 11.101/2005, servindo de subsídio para análise de todos os credores e interessados.

Por fim, este administrador judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 03 de agosto de 2018.

MARCIO ROBERTO MARQUES

ADMINISTRADOR JUDICIAL

OAB/PR - nº 65.066

